

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 02/03/2020	Coluna: Economia



## COM REDUÇÃO DE ICMS, BAHIA GANHA 62 NOVOS VOOS SEMANAIS



2 Março, 2020

Dentro do programa de incentivo do Governo do Estado, com redução do ICMS para o querosene de aviação, 62 novos voos semanais estão previstos para ser implantados na Bahia pelas companhias aéreas, a partir de março. Destes, 37 são da Gol Linhas Aéreas; 12, da empresa VoePass Linhas Aéreas (antiga Passaredo); sete, da Latam; e seis da Azul Linhas Aéreas.

“A ampliação da malha aérea é fundamental para que mais turistas visitem os destinos baianos, e este pacote de incentivos possibilitou um aumento substancial na oferta de voos, somando 257 entre os já implantados e os que serão implantados a partir deste mês”, afirma o secretário estadual do Turismo, Fausto Franco.

A partir de 18 de março, a Gol aumentará sua atuação regional no Salvador Bahia Airport. Além de incorporar destinos atualmente operados pela VoePass (Barreiras, Petrolina e Vitória da Conquista), serão inaugurados novos voos entre a capital e Maceió, Aracaju, Porto Seguro e Ilhéus.

De Salvador para Ilhéus serão sete frequências semanais; sete também para Porto Seguro; cinco a mais para Petrolina; seis para Aracaju; e 12 para Maceió.

A Latam também está ampliando o volume de voos no estado, com o aumento de quatro para 18 voos semanais na rota Porto Seguro-São Paulo (Congonhas) a partir de 29 de março, passando a operação a ser diária entre os destinos. Atualmente, a Latam já opera cerca de 450 voos semanais na Bahia, além dos internacionais, como o Salvador-Miami e Salvador-Buenos Aires.

“O investimento reflete a atenção permanente da Latam com as oportunidades na Bahia, onde a companhia mantém contrapartidas em acordo para a **redução do ICMS sobre o combustível de aviação**”, afirma a diretora de Relações Institucionais e Regulatório da companhia, Gislaíne Rossetti.

Também a partir de março a VoePass vai interligar Teixeira de Freitas (Sul da Bahia) a Salvador e a São Paulo (Congonhas), ambas as rotas com seis frequências semanais. Já a partir de abril, a novidade será a rota Salvador-Aracaju operada pela Azul, com seis frequências semanais.

Desde a implantação do programa de incentivo, em julho do ano passado, quando o Governo do Estado reduziu para 3% a alíquota mínima de ICMS sobre o querosene de aviação, 195 voos semanais já foram implantados na Bahia. Destes, 86 são da Azul, 59 da Gol e 50 da Latam. Somados aos novos voos que entram em operação, o total é de 257 novos voos.

# Tribuna

## “Avalie antes de fechar acordo com o fisco”, diz tributarista

Edvaldo Brito orienta que o contribuinte tenha mais cuidado ao fechar uma transação. “Quando assina o documento, estará reconhecendo o débito”, afirma

LÍCIO FERREIRA  
REPORTER

“Se tiver a certeza do débito com a União, pode fechar a transação. Mas, se tem certeza, de que pode discutir, então, é melhor discutir”. É assim, de forma simples e direta e também educativa, que o professor Edvaldo Brito orienta aos contribuintes para que avaliem, com a devida atenção, a Portaria nº 11.956/2019, da Procuradoria Geral Nacional da Fazenda (PGNF) que admite a utilização de precatórios para liquidar dívida tributária.

O artigo 171, do Código Tributário Nacional, possibilita ao Fisco e ao Contribuinte celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em determinação de litígio e consequente extinção da dívida tributária. A nova portaria de 27 de novembro do ano passado vem beneficiar devedores com dívida até R\$ 15 milhões. E são passíveis de adesão, os débitos federais inscritos em Dívida Ativa da União, especialmente os considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

O tributarista Edvaldo Brito explica que a transação não suspende e exigibilidade do crédito pela União. “Que poderá continuar a exis-

gir normalmente!” A segunda orientação ao contribuinte, é de que ele tenha mais cuidado ao fechar a transação. “Quando assina o documento, automaticamente, ele estará reconhecendo o débito. E, se houver alguma dúvida, ficará mais difícil refazer. Por que o devedor já reconheceu a dívida. A não ser que, ele tenha feito o reconhecimento por erro ou ignorância, que é desculpável quanto à matéria, de fato”.

### MUITAS LEIS

O professor e atual vereador pelo PSD, Edvaldo Brito justifica-se ao dizer que ensina que não há só o erro de fato como também o erro de Direito. “Considero que o País tem hoje muitas leis tributárias, que chegam a confundir ao especialista; imagine ao leigo?” Sobre a proposta da União, ora em vigor, ele considera uma “faca de dois gumes”. “Trata-se de uma medida que facilita a questão dos precatórios. Com ela, é possível a amortização do saldo devedor que o contribuinte tenha com a União. E permite, ao mesmo tempo, que ele utilize de precatórios federais próprios ou de terceiros para negociar o saldo devedor com lastro no valor facial”.

A Portaria nº 11.956/2019, da Procuradoria Geral Nacional da Fazenda



**EDVALDO BRITO**

Fala sobre uso de precatórios para liquidar dívidas

(PGNF) proporciona, ainda, aos contribuintes a possibilidade de parcelamento do débito, em até 84 meses, que pode chegar a 100 meses na hipótese de empresário individual, microempresa ou empresa de pequeno

porte em recuperação judicial. Também, possibilita que Estados e Municípios – caso queiram algum dia participar – com autorização legal das suas respectivas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legisla-

tivas – adotem esse tipo de transação utilizada pela PGNF.

Conforme o edital publicado, são passíveis de adesão os débitos federais inscritos em Dívida Ativa da União, especialmente os considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação. A portaria abre a possibilidade de negociar as dívidas diretamente com a PGNF, favorecendo devedores em falência, em processo de liquidação ou recuperação, independentemente do valor da dívida. Mas também é uma oportunidade única para empresas, que não estão em recuperação e precisam regularizar sua situação tributária.

### REQUISITOS A CUMPRIR

O advogado tributarista Raphael Sousa Pizani Silva (OAB-BA 32.472) informou que é imperioso que o contribuinte atenda aos requisitos estabelecidos em regulamento. “Inclusive, atente-se aos editais, divulgados na imprensa oficial, que especificarão objetivamente as hipóteses, nas quais a Fazenda Nacional proporá a transação no contencioso tributário, conforme expediente do artigo 12 da Medida Provisória”.

O especialista disse, ainda, que o devedor deverá formalizar a transação, por adesão ou individual, inclusive liquidando eventual

entrada mínima nos casos em que exigida como condição para adesão. Ceder fiduciariamente o direito creditório à União através de Escritura Pública própria; apresentar certidão de objeto e pé do processo originário do precatório; cópia da petição no processo originário do precatório, informando sua cessão à União, com pedido para o juiz comunicar ao tribunal, para que os valores sejam colocados à disposição da Fazenda Pública.

Encerrando as orientações, Raphael Pizani disse que no artigo 59 da Instrução da PGNF, a cessão fiduciária de precatórios próprios ou de terceiros deverá ocorrer em sua totalidade, ainda que em valor superior aos débitos inscritos em dívida ativa da União, sendo vedada a aceitação de cessão parcial, sendo considerado como total o valor líquido devido ao beneficiário, descontados os encargos legais. “O valor será depositado em conta, à disposição do juízo, devendo a PGNF solicitar a liberação dos valores para liquidação do saldo devedor, apresentando os documentos de arrecadação correspondentes. Caso remanesça saldo de precatório, os valores serão devolvidos ao devedor-cedente, salvo se existirem outras inscrições ativas em seu nome”, finalizou.

**O GLOBO**

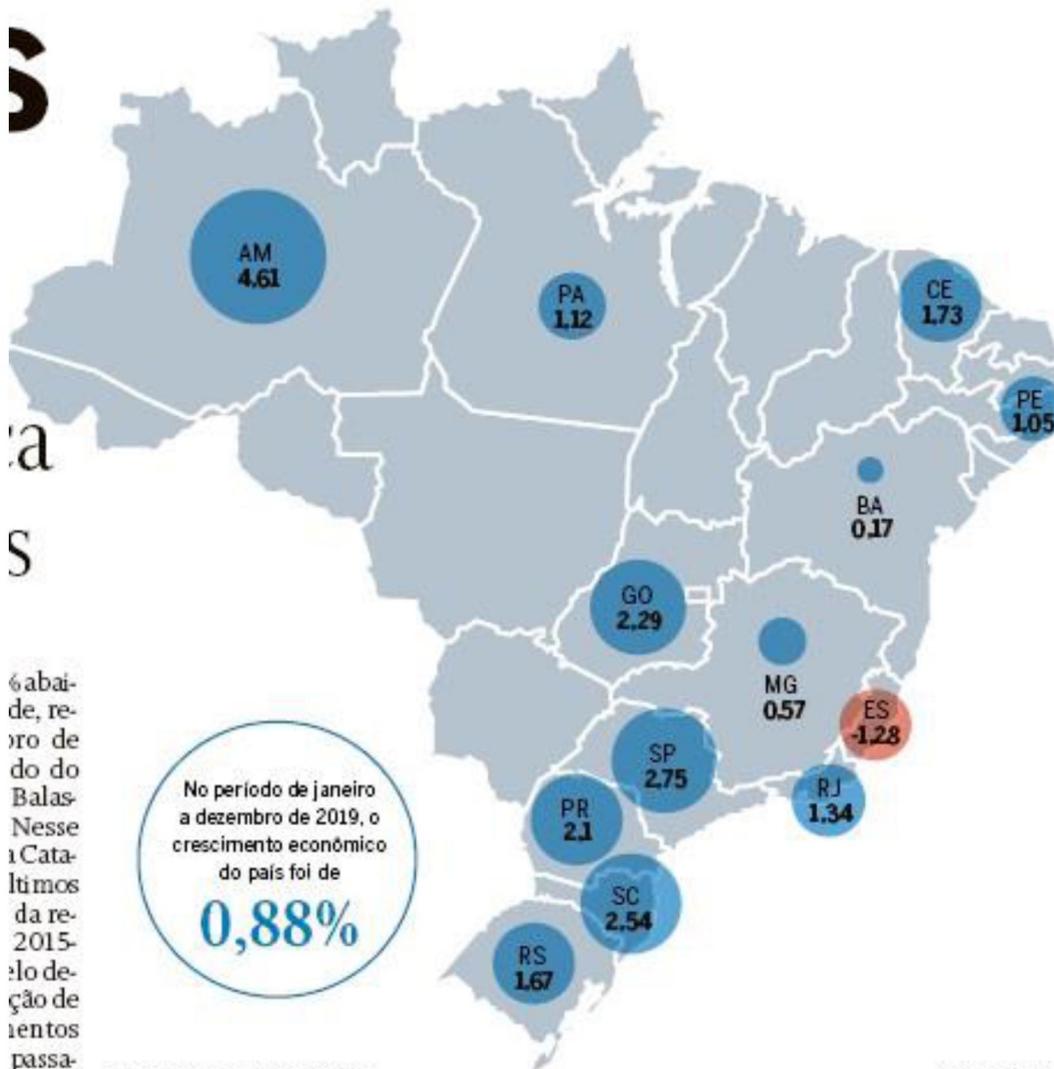
# Índice do BC mostra avanço da economia em 12 estados

São Paulo tem alta de 2,75% e puxa expansão. Rio avança pela 1ª vez após quatro anos

O Globo

## COMPORTAMENTO PELO BRASIL

Expansão disseminada (em %)



Fontes: Banco Central e FGV/Ibre

Editoria de Arte

Dados do IBC-BR, índice do Banco Central tido como prévia de tendência do PIB, mostram que a economia cresce lentamente, mas a expansão está disseminada: 12 de 13 estados pesquisados tiveram avanço. São Paulo lidera com 2,75%, e o Rio cresceu pela primeira vez em quatro anos: 1,34%.

A economia brasileira segue crescendo lentamente, mas a expansão está disseminada. Dados do IBC-Br, indicador produzido pelo Banco Central e considerado uma espécie de prévia do Produto Interno Bruto (PIB), mostram que, no ano passado, 12 dos 13 estados acompanhados pelo indicador do Banco Central apresentaram avanço da economia local. Apenas o Espírito Santo, influenciado pelos efeitos do desastre em Brumadinho (MG), ficou no vermelho.

O indicador do Banco Central busca antecipar os números oficiais do PIB por estado. O IBGE divulga estes dados, mas com defasagem de três anos em relação ao PIB nacional. O IBC-Br, porém, não acompanha todas as unidades da federação.

Nos cálculos do índice do BC, o país cresceu 0,88% no ano passado. O número oficial será conhecido amanhã, com a divulgação das Contas Nacionais, do IBGE. A expectativa do mercado está em 1,1%.

Os números indicam que o crescimento em boa parte dos estados foi calcado no setor de comércio e serviços, os únicos com avanço em 2019. Em São Paulo, responsável por cerca de 30% de tudo o que é produzido no país, foram esses dois grupos os responsáveis por puxar a economia, assim como no Amazonas, estado com maior avanço no ano, de 4,61%.

No Rio de Janeiro, no entanto, foi a retomada da indústria de óleo e gás, com avanço dos campos do pré sal, a responsável por tirar o estado da recessão após quatro anos. O estado fluminense terminou o ano com crescimento de 1,34%, acima do desempenho nacional.

Mesmo com o resultado mais espalhado territorialmente, o motor do crescimento nacional foi São Paulo. O estado terminou o ano com 2,75% de expansão, ritmo equivalente a três vezes o do país. Foi o terceiro ano de expansão do estado.

#### IMPACTO DE VAREJO E SERVIÇO

A indústria paulista sofreu com a desaceleração global e impacto da crise da Argentina, com alta de 0,2%, em 2019, mas o ano foi positivo para os outros dois setores no estado, com alta de 2,4% no varejo, e de 3,3%, nos serviços.

— A economia paulista ganhou tração desde o segundo trimestre do ano, de forma gradual, embora os resultados de curtíssimo prazo sintetizem o quadro geral de frustração com o ritmo de crescimento econômico no fim do ano passado — explica Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria.

Apesar dos resultados positivos, o nível de atividade de São Paulo está 4,2% abaixo do pico de atividade, registrado em setembro de 2013, segundo estudo do pesquisador Marcelo Balassiano, da FGV/Ibre. Nesse quesito, apenas Santa Catarina recuperou nos últimos anos todo o prejuízo da recessão no biênio 2015-2016, beneficiado pelo desempenho da fabricação de máquinas e equipamentos na indústria. No ano passado, enquanto o setor fabril brasileiro recuou 1,1%, esse grupo no território catarinense avançou 2,2%.

Já o crescimento de 1,34% da economia fluminense ainda não está disseminado. De acordo com Balassiano, setores como comércio e serviço apresentam recuperação mais lenta da atividade. Enquanto o varejo terminou o ano com alta de 0,5%, a oferta de serviços, responsável por metade da produção do estado, terminou 2019 com retração de 0,5%, na contramão do país. Foi o quinto ano no vermelho deste setor, segundo dados do IBGE.

— Voltar aos níveis anteriores à recessão ainda será uma tarefa árdua. E reverter esse cenário, principalmente no setor de serviços, é fundamental para a economia fluminense crescer mais — afirma Balassiano.

Para Lucas Tristão, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Emprego, o PIB fluminense deve melhorar nos próximos anos com a expansão do mercado de gás e com o fomento no setor de serviços e comércio. Ele afirma que estão sendo criados incentivos para permanência e chegada de novas empresas, ampliando a geração de empregos.

— Temos criado uma cadeia de valor do gás agregado para trazer indústria petroquímica, papel, fertilizante, automotivo, que usam o gás como um dos principais insumos da sua cadeia produtiva —ressalta.

A economia do Rio ainda está 7,4% abaixo do maior nível de atividade econômica já registrado, atingido em janeiro de 2015. E, caso o ritmo de crescimento fluminense de 2019 se mantenha, o Rio só atingiria o patamar recorde no primeiro semestre de 2024.

Do lado negativo, Minas Gerais e Espírito Santo sofreram com os efeitos gerados pela tragédia do rompimento da barragem de rejeitos da Vale, em Brumadinho (MG), afetando toda a cadeia da indústria extrativa de minério de ferro, incluindo a exportação pelo Porto de Tubarão. Enquanto o estado mineiro cresceu apenas 0,57%, menos que em 2018, a economia capixaba teve retração de 1,28%.

#### RITMO LENTO NO NORDESTE

Já Bahia e Pernambuco, por sua vez, seguem em ritmo de crescimento mais lento do que as outras localidades em razão da incipiente recuperação da produção industrial e do baixo dinamismo do mercado de trabalho, marcado pela informalidade. Outro fator que influencia é a dependência da região de grandes projetos de investimentos, até então feitos com dinheiro público.

— A retomada do Nordeste, se vier, será do investimento privado. O investimento público não será o carro-chefe. Sendo a região mais pobre, acaba tendo o desemprego maior e sofrendo mais, mas a curto prazo não há solução pra isso — diz Balassiano.

Para 2020, segundo estudo da Tendências Consultoria, a perspectiva de maior expansão da economia brasileira não será suficiente para garantir a todas as regiões do país a recuperação do nível de atividade verificado no período anterior à crise. Enquanto Norte, Centro Oeste e Sul serão os únicos a exceder o PIB registrado antes da recessão, as regiões Nordeste e Sudeste ainda estarão longe de superá-lo.

Para este ano, o patamar do PIB ainda deverá ficar inferior ao registrado antes da crise, em 2014, podendo ser ainda mais afetado em razão dos efeitos do coronavírus.

“A economia paulista ganhou tração desde o 2º trimestre do ano, de forma gradual, embora os resultados de curtíssimo prazo sintetizem o quadro geral de frustração com o ritmo de crescimento no fim de 2019”

— Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria

“Voltar aos níveis anteriores à recessão ainda será uma tarefa árdua. E reverter esse cenário, principalmente no setor de serviços, é fundamental para a economia fluminense crescer mais”

— Marcelo Balassiano, pesquisador da FGV/Ibre

Veículo: O Globo	Online
Data: 03/03/2020	Coluna: Economia

**O GLOBO**

# Emprego não acompanha recuperação nos estados

*Em 9 unidades da federação, mercado de trabalho permanece estagnado ou registra piora no último trimestre do ano passado*

O espalhamento do crescimento econômico, segundo dados do IBC-Br, indicador do Banco Central, ainda não se reflete na queda da taxa de desemprego nos estados. Em nove das 13 unidades da federação acompanhadas pelo índice do BC, houve estagnação ou piora da taxa de desocupação no último trimestre do ano, na comparação com o mesmo período de 2018, segundo dados do IBGE.

O retrato do mercado de trabalho chama a atenção uma vez que engloba os meses de maiores fluxos de contratações, em razão das festas de fim de ano, e corrobora a lenta melhora dos indicadores de emprego no país. As vagas não estão sendo criadas na mesma proporção do avanço da população que está disponível para trabalhar. E, quando geradas, são majoritariamente informais. Em 2019, oito dos 13 estados apresentaram taxa de informalidade recorde.

Segundo Adriana Beringuy, analista do IBGE, o rendimento do trabalho ficou estável em boa parte deles, em virtude da expansão da ocupação nas atividades de baixos salários, muitas vezes atrelados ao avanço do emprego sem carteira de trabalho.

— Em praticamente todo o país, quem tem sustentado o crescimento da ocupação é a informalidade — constata.

Apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Pernambuco apresentaram queda do desemprego no último trimestre. O desempenho mais disseminado no mercado de trabalho paulista reitera movimento de reativação gradual da atividade econômica no estado. São Paulo terminou o ano com taxa de 11,5%, no trimestre encerrado em dezembro, puxado pelo comércio e pela construção civil. Na comparação com o mesmo período de 2018, o índice é um ponto percentual menor.

**NO RIO, TAXA RECUA A 13,7%**

Já a lenta recuperação da economia fluminense, concentrada na indústria extrativa, ainda tem impacto restrito no mercado de trabalho. A taxa de desemprego recuou de 14,8% no quarto trimestre de 2018 para 13,7% em igual período do ano passado. Ainda assim, trata-se de patamar bastante acima da média nacional (11%). O estado ainda tem 1,5 milhão de pessoas sem qualquer tipo de trabalho.

Segundo o IBGE, Santa Catarina foi o estado com menor taxa de desemprego no ano passado, de 6,1%. Em 2019, o patamar registrado no estado foi 5,9 pontos percentuais menor do que a taxa brasileira. Já a taxa da informalidade foi de 27,3%, bem abaixo da registrada nacionalmente, de cerca de 41%.

De acordo com estudo feito pelo pesquisador Marcel Balassiano, da FGV/Ibre, o estado catarinense foi o primeiro a recuperar o mesmo patamar econômico registrado antes da crise, entre 2015 e 2016.

# Governo e Congresso disputam R\$ 46 bilhões

Regra vetada por Bolsonaro obriga Executivo a acatar ordens dos parlamentares para gastos com investimentos; valor representa um terço das despesas com destinação livre no Orçamento

## O que está em jogo

Governo e Congresso disputam uma fatia do Orçamento composta por despesas não obrigatórias, essencialmente investimentos e manutenção da máquina pública.



**Despesas não obrigatórias**  
**R\$ 136 bilhões**

### O QUE É DESPESA NÃO OBRIGATÓRIA

Obras de estradas, pontes, construção de estabelecimentos públicos, por exemplo, são enquadrados como despesas não obrigatórias. O pagamento de bolsas de universidades, a fiscalização ambiental, a gestão dos dados da Receita Federal, o programa Farmácia Popular, a emissão de passaportes e as ações de defesa agropecuária também são gastos não obrigatórios.



**Despesas propostas pelo relator**  
**R\$ 30,1 bilhões**



**Emendas parlamentares**  
**R\$ 16,1 bilhões**



**Despesas sob o comando do governo**  
**R\$ 89,7 bilhões**

### DESPESAS PROPOSTAS PELO RELATOR DO ORÇAMENTO

Alterações feitas pelo Congresso no Orçamento de 2020 estabeleceram também uma nova modalidade de gastos. É a despesa proposta pelo relator do Orçamento no Congresso, neste ano o deputado **Domingos Neto (PSD-CE)**. Essa despesa soma R\$ 30,1 bilhões. Parte da disputa com o Congresso gira em torno desse montante. Metade da despesa estabelecida pelo relator se refere a investimentos e a outra metade ao custeio da máquina pública.



### O QUE SÃO EMENDAS PARLAMENTARES?

As emendas parlamentares individuais são pedidos que deputados e senadores fazem para incluir no Orçamento despesas específicas, como pavimentar uma estrada ou reformar um hospital. Costumam ser destinadas às cidades onde estão os eleitores do parlamentar, para fortalecer laços políticos.



**O que pode ser emenda?**  
As emendas individuais podem ser utilizadas em obras, como construir uma escola ou espaços esportivos, na compra de equipamentos, como aparelhos para hospitais ou centros esportivos, ou na manutenção de programas governamentais ou sociais. Em 2020, cada parlamentar teve direito a indicar R\$ 15,9 milhões.



**Outros tipos de emenda**  
Além das emendas individuais, há outros dois tipos de emendas. As emendas de bancadas estaduais e as emendas das comissões permanentes do Senado, da Câmara e de comissão mista permanente do Congresso (que reúne deputados e senadores).

#### VALORES DAS EMENDAS EM 2020

Emendas individuais	Emendas de bancada estadual	Emendas de comissão
R\$ 9,468 bilhões	R\$ 5,927 bilhões	R\$ 687 milhões



### Prioridade na execução passaria do governo para os parlamentares

Outra parte da disputa entre governo e Congresso é sobre R\$ 16 bilhões, relativos às emendas parlamentares. Trecho vetado por Bolsonaro, e que será analisado pelo Congresso, estabelece que caberá aos deputados e senadores estabelecerem as ordens e prioridades das programações de emendas parlamentares sejam feitas pelos respectivos autores.

## Orçamento engessado



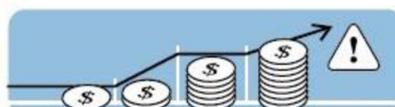
### O ORÇAMENTO DE 2020

Para este ano, o Orçamento prevê uma arrecadação para o governo federal de R\$ 1,355 trilhão, sendo a maior parte composta por impostos. Por outro lado, a despesa do governo somará R\$ 1,479 trilhão, sem contar os gastos com o financiamento da dívida pública.



### O CAMINHO DO ORÇAMENTO

A criação do Orçamento é feito em duas etapas, todos os anos.



### TETO DE GASTOS

Desde 2017, está em vigor o teto de gastos. Estabelecido na Constituição, o teto de gastos proíbe que as despesas federais cresçam além da inflação do ano anterior. Isso é importante porque a maior parte das despesas obrigatórias cresce acima da inflação. O que vem reduzindo, a cada ano, o espaço para despesas não obrigatórias.



### GASTOS OBRIGATORIOS

Além de aposentadorias e pagamentos de salários, há outros gastos considerados obrigatórios, como abono e seguro desemprego, e benefícios sociais. Essas são despesas obrigatórias, sobre as quais o governo não tem controle.



### PRINCIPAIS GASTOS DO ORÇAMENTO

<b>R\$ 677,6 bilhões</b> O pagamento de aposentadorias e pensões concentra a principal despesa do Orçamento	<b>R\$ 322,3 bilhões</b> Segundo maior grupo de despesa é relacionado ao gasto do governo com os funcionários públicos
--	---



### CONTINGENCIAMENTO

Outro ponto para o qual governo e integrantes do Congresso precisam chegar a um acordo se refere às regras para bloqueios de recursos dentro do Orçamento. Despesas não obrigatórias e emendas parlamentares, mesmo impositivas, são passíveis de contingenciamento. O que é necessário esclarecer é como isso será feito. Por enquanto, porém, não é possível bloquear os gastos estabelecidos pelo relator, o que incomoda integrantes da equipe econômica. O contingenciamento de recursos é fundamental para que o governo consiga cumprir a meta de resultado das contas públicas todos os anos. Quando há receita está mais baixo que o previsto, ou a despesa obrigatória cresce, é preciso bloquear verbas. O primeiro contingenciamento do ano já tem data para ser decidido: até o próximo dia 22.

O que está em jogo

Governo e Congresso disputam uma fatia do Orçamento composta por despesas não obrigatórias, essencialmente investimentos e manutenção da máquina pública.

## IFI projeta aumento da inadimplência dos Estados este ano

Instituição vê situação delicada em MG, RJ, RS e GO, mas não descarta piora dos demais

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

03/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Josué Pellegrini: União está exposta direta e indiretamente nas operações dos governos estaduais com bancos oficiais — Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Estudo da Instituição Fiscal Independente (IFI) que será divulgado hoje informa que é muito provável o aumento da inadimplência dos Estados com dívidas garantidas pela União neste ano. A dívida de apenas quatro Estados, que estão em situação fiscal mais difícil (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás), com vencimento até dezembro, atinge R\$ 12,3 bilhões. No ano passado, a União foi obrigada a honrar dívidas no montante de R\$ 8,3 bilhões. De 2016 a 2019, o total honrado pela União atinge R\$ 19,5 bilhões.

A IFI informa que não se pode descartar que a situação fiscal de outros Estados piore, a ponto de eles pedirem o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ou o recebimento de alguma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizando a suspensão de pagamento das dívidas. Nestes casos, a União será obrigada a também a honrar os débitos. No total, as dívidas estaduais com aval da União que vencem neste ano atingem R\$ 26,6 bilhões.

## Inadimplência à vista

Cronograma de vencimento das operações de crédito de quatro Estados garantidas pela União\* – em R\$ bilhões

Estados	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
■ Rio de Janeiro	7,64	3,47	3,37	3,26	3,30	30,6	51,64
■ Minas Gerais	2,72	2,64	2,61	2,49	2,38	17,34	30,18
■ Rio Grande do Sul	0,82	0,86	0,95	1,03	1,00	8,40	13,06
■ Goiás	1,19	1,16	1,13	1,10	1,08	6,52	12,18
■ Total	12,37	8,13	8,06	7,88	7,76	62,86	107,06

Fonte: STN – Tabela feita pela Instituição Fiscal Independente (IFI). \* Inclui juro e principal

Mesmo no caso dos quatro Estados em maiores dificuldades, a IFI observa que é preciso fazer uma distinção entre eles. No caso do Rio de Janeiro, as garantias dadas pela União ao Estado não significam mais um risco fiscal, pois é certa a assunção dos compromissos pela União nos próximos anos. Quanto a Goiás, Minas e Rio Grande do Sul, a entidade do Senado diz que as despesas futuras ainda podem ser tratadas como risco fiscal, “mas com grande chance de que se efetivem nos próximos anos, sendo, portanto, necessário que sejam levadas em conta nas projeções das contas da União”.

Em dezembro de 2019, o saldo devedor das operações com garantia da União estava em R\$ 255,9 bilhões, sendo que, desse total, 77,6% tinham os Estados como beneficiários, portanto, R\$ 200,5 bilhões. Do total de R\$ 255,9 bilhões, R\$ 109,3 bilhões se referem a operações internas e, deste total, apenas R\$ 5,2 bilhões não têm os três grandes bancos federais (Caixa, BNDES e Banco do Brasil) como credores.

A IFI observa que esses montantes não incluem as operações de créditos dos bancos aos Estados, sem garantia da União. Nessas operações, os Estados oferecem aos bancos federais como garantia suas receitas próprias e transferências, as mesmas oferecidas para a União como contragarantia. “Assim, em caso de inadimplência, mesmo que a União se saísse melhor que os bancos federais na devolução dos recursos, a resultante descapitalização dos bancos acabaria de qualquer modo devolvendo o problema para a União”, diz o estudo, assinado pelo consultor Josué Pellegrini, diretor da IFI.

Para a entidade do Senado, “há a exposição direta da União correspondente às operações dos Estados por ela garantidas, mas há também a exposição indireta advinda das operações desses entes junto aos bancos federais com garantia dadas por recursos próprios”. Ao fim de 2017, último dado da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) disponível, os Estados deviam R\$ 38 bilhões aos bancos públicos federais, sem garantia da União. A IFI critica o fato de a STN não divulgar regularmente informações sobre as operações sem garantia da União.

Além de garantidora de operações de crédito, a União também é credora dos Estados. A dívida dos Estados junto à União estava em R\$ 565,1 bilhões em dezembro de 2019, segundo o Banco Central. Vários Estados suspenderam, no entanto, o pagamento dessas dívidas, com base em liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal. Nesta situação, estão Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás. Por força do RRF, o Rio de Janeiro também não paga as prestações dessa dívida com a União.

O estudo critica a forma como são concedidas as liminares, pois elas se baseiam nas alegações de falta de recursos pelos Estados para o fornecimento dos serviços públicos básicos, sem levar em conta como se chegou a essa situação. A entidade argumenta que os problemas fiscais são causados pela elevação excessiva do gasto com pessoal. “Não se avalia, por exemplo, se o aumento das despesas de pessoal foi financiado com endividamento ou se os limites previstos na legislação para essas despesas foram contornados com interpretações peculiares das normas legais”, diz o estudo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

Vacinação contra o sarampo - Pessoas de 5 a 19 Anos  
MINISTERIO DA SAUDE

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Coronavírus pode “estar batendo em nossas portas”, diz OMS

### VALOR INVESTE

Sedan perde até metade do valor na venda para concessionária

### VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que textos de WhatsApp têm ‘cunho pessoal’

---

## Mais do Valor Econômico

### Oposição e partidos de centro vão discutir atos contra o Congresso

03/03/2020 10:38 — Em Política

### Thermo Fisher vai pagar US\$ 11,5 bi por empresa que faz teste para coronavírus

Expectativa é de fechamento da operação no primeiro semestre de 2021

03/03/2020 10:33 — Em Empresas

## Dino defende regulação do Orçamento Impositivo

Flávio Dino defende regulação para Orçamento Impositivo e vê em governadores freio para avanço autoritário de Bolsonaro

Por Malu Delgado — De São Paulo  
03/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Para Dino, Bolsonaro identifica os governadores como contrapeso de seu poder, o que explica o belicismo extremo — Foto: Denio Simões/Valor

A “parlamentarização” das despesas públicas pode ser o “pior dos mundos”, advogou ontem o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), ao defender a regulação clara do Orçamento Impositivo. Provável pré-candidato à Presidência da República em 2022, Dino defendeu as emendas parlamentares impositivas ao Orçamento Geral da União, mas ressaltou que uma norma regulatória pactuada entre Executivo e Legislativo é crucial para que a prática não se transforme num “vale-tudo que torna impossível governar o Brasil”. O governador foi um dos convidados para a aula inaugural do mestrado e doutorado em direito e desenvolvimento da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

O debate sobre orçamento impositivo é um dos capítulos mais recentes do confronto entre o presidente Jair Bolsonaro e o Congresso. “O necessário é fazermos mediação entre dois extremos. Emendas impositivas podem ser feitas, mas precisam de regulação para que não resultem em abusos.” O governador esclareceu que o fato de defender regulação não significa que apoie o confronto de Bolsonaro com parlamentares. “A atitude do Bolsonaro atrapalha uma solução. Agora, que é necessário algum tipo de regulamentação, é.”

Para Dino, um acordo mais detalhado sobre as normas do Orçamento Impositivo só deverá sair após a polêmica dos vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que será analisado pelo Senado. Bolsonaro tenta restringir o poder dos parlamentares de definir a destinação de verbas públicas. Os parlamentares ensaiam uma rebelião e a derrubada do veto. “Temos a temática do veto. Passado isso, creio que abre-se espaço para que sejam editadas normas, por resolução do Congresso, sobre como emendas serão utilizadas”, defendeu Dino.

A fragmentação de recursos por meio de emendas, alertou, pode se transformar “num fator de perda de potência de investimentos de projetos estruturantes”, sabotando a governabilidade e sacrificando a sociedade.

Ex-juiz, ex-parlamentar e especialista em direito constitucional, Flávio Dino disse ser possível desenhar “uma resolução normativa, da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que fixe fronteiras sobre o modo em que o Orçamento Impositivo pode ser aplicado”. Para ele, também cabe ao Ministério da Economia

fixar regras de empenho e liberação dos recursos. “Do jeito que está realmente não é correto: você tem 97% do orçamento fora da competência do Executivo e não haver lei alguma, norma alguma, pode virar um vale-tudo que torna impossível governar o Brasil.”

Em sua exposição na FGV, o governador relacionou as cláusulas pétreas da Constituição com a instabilidade aguda provocada pelo governo Bolsonaro, em confronto permanente com as instituições. “Temos um Executivo anti-institucional, belicista, extremista, agressivo às instituições e à sociedade e, portanto, avesso aos mecanismos de controle.” Até mesmo na ditadura, disse, havia “pudor em relação a certas atitudes arbitrárias”, enquanto o atual governo parece se orgulhar de frequentes abusos de autoridade.

Ao analisar a separação entre os Poderes e o sistema federativo, ressaltou que Bolsonaro se empenha “no belicismo contra os governadores exatamente porque os identifica como um contrapeso a seu poder”. Bem humorado, arrancou risadas da plateia ao dizer “havia antes a ala gauche dos governadores”, mas que hoje ele nem precisa mais se insurgir. “Só espero o Doria e o Witzel gritarem e eu só acompanho. Vamos juntos. Somos irmãos. Frente ampla”, ironizou. “Por que? A crise de relacionamento é com todos os governadores.”

A única forma de vencer o avanço da extrema direita bolsonarista, pregou, é pela pactuação política e busca de novo arranjo institucional. “O palanque da Praça da Sé, de 25 de janeiro de 1984, das Diretas, a foto em que estavam Montoro, Ulysses, Tancredo, Brizola, Lula, Amazonas, Prestes, FHC, Covas, não existe mais, seja por perecimento dos personagens, seja porque simbolicamente os lugares que ocuparam não existem mais.”

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

### LINK PATROCINADO

Vacinação contra o sarampo - Pessoas de 5 a 19 Anos  
MINISTERIO DA SAUDE

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Coronavírus pode “estar batendo em nossas portas”, diz OMS

### VALOR INVESTE

Sedan perde até metade do valor na venda para concessionária

### VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que textos de WhatsApp têm ‘cunho pessoal’

## Mais do Valor Econômico

### Oposição e partidos de centro vão discutir atos contra o Congresso

03/03/2020 10:38 — Em Política



### Thermo Fisher vai pagar US\$ 11,5 bi por empresa que faz teste para coronavírus

Expectativa é de fechamento da operação no primeiro semestre de 2021

03/03/2020 10:33 — Em Empresas

## Nordeste deve crescer mais que o PIB brasileiro em 2020

Consultoria estima crescimento de 2,9% para região, enquanto o consenso do mercado para o país está em 2,2%

Por Marina Falcão — De Recife

03/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Com economia mais dependente do consumo, a região Nordeste deverá ter um desempenho do PIB ligeiramente melhor do que o Brasil neste ano, segundo estudo da Datamétrica. A projeção da consultoria é de crescimento de 2,9% da região, enquanto o consenso do mercado para a expansão do PIB brasileiro está em 2,2%.

Ainda que no médio prazo o motor da recuperação da economia seja o investimento, e não o consumo, no curto prazo a queda da taxa de juros deve impulsionar a economia nordestina, diz o economista Alexandre Rands, sócio da Datamétrica.

Bahia e Pernambuco, os dois Estados mais ricos da região, devem puxar o desempenho para cima, com crescimento previsto de 3,3% e 2,8%, pela ordem. Do lado mais pobre, deverão se destacar Piauí e Maranhão, com expansão estimada em 3,3% e 2,9%. O desempenho mais fraco deve ser o de Sergipe, com avanço de 1,6%.

Entre 2002 e 2015, houve aumento da participação do PIB do Nordeste na composição do PIB nacional de 13,9% para 14,9%. O crescimento da representatividade da economia regional foi pequeno, avalia Rands, mas foi o melhor desempenho da história, impulsionado pelos programas de transferência de renda e de forte geração de emprego, como o Minha Casa, Minha Vida.

Em 2016, a economia da região levou um tombo maior que o país, encolhendo 4,55%, enquanto o PIB do Brasil caiu 3,3%. Nos anos seguintes, com exceção de 2019, a região foi um pouco melhor que o país.

Rands explica que isso ocorreu porque houve, nos últimos anos, um crescimento proporcionalmente maior dos níveis de educação no Nordeste, cujos efeitos estão sendo sentidos agora, lentamente. “Essa questão da educação criou uma base para o crescimento do PIB nordestino se sustentar num patamar um pouco superior e compensou parcialmente a queda nos programas de transferência de renda”, explica.

O problema, segundo Rands, é que esse efeito tem prazo para terminar, se não houver “um novo choque” de melhoria na qualidade de educação da região. Segundo o economista, o gasto por estudante no Nordeste ainda é 60% do Sudeste. Outro problema que pode comprometer o crescimento da região em níveis superiores é que não houve redução da dependência do setor público, tanto em políticas sociais, quanto em investimentos em infraestrutura, diz o economista.

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

#### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

#### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

#### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

#### LINK PATROCINADO

Vacinação contra o sarampo - Pessoas de 5 a 19 Anos  
MINISTERIO DA SAUDE

## Tensão entre Planalto e governadores permanece alta

Doria mostra preocupação com reajuste dado por Zema a policiais mineiros

Por Malu Delgado, Ricardo Mendonça e Marcos de Moura e Souza — De São Paulo e Belo Horizonte

03/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Moro: ministro da Justiça chamou motim no Ceará de "greve" e afirmou que movimento foi resolvido "apesar dos Gomes" — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O motim de policiais militares no Ceará, equacionado no domingo, expôs ainda mais as dificuldades de convivência de governadores com o Executivo federal e provocou bate-boca nas redes sociais envolvendo o ministro da Justiça, Sergio Moro. A postura do presidente da República, Jair Bolsonaro, que chegou a sinalizar que não prorrogaria o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) durante o motim, agravou a crise, afirmou o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). Na opinião do governador, o presidente só recuou porque havia o risco de cometer crime de responsabilidade e o governo federal sabia que o caso chegaria ao Supremo Tribunal Federal.

"O presidente da República atuou muito fortemente para alimentar a crise. E seu ministro da Justiça junto. No instante em que o governador Camilo [Santana] chegava próximo de acordo [com policiais amotinados], ele faz aquela live e diz que não prorrogaria a GLO. Ele [Bolsonaro] adiou por três dias o fim do motim com aquela live. Porque se não tem GLO, o poder dos militares, que era x, virava 10 vezes x." O governador do Maranhão participou de aula inaugural com mestrandos e doutorandos da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

Na sua transmissão semanal ao vivo nas redes sociais, na quinta-feira, Bolsonaro sinalizou que não prorrogaria o decreto. "A GLO não é para ficar eternamente, ajudando determinados governadores (...) Apelo ao governador do Ceará que resolva esse problema, que é do seu Estado, negocie com sua PM e chegue a uma solução", declarou o presidente, na ocasião.

Ex-juiz e ex-professor de direito constitucional, Dino disse o governo federal só cedeu e auxiliou o Ceará por conta da pressão dos demais governadores, que se articularam para mandar policiais de seus Estados para auxiliar Camilo Santana, do PT. "Inclusive do Maranhão e [João] Doria, de São Paulo. Nós mobilizamos mais ou menos 1.500 policiais militares", revelou.

Segundo Flávio Dino, se isso ocorresse seria algo inusitado: "Uma espécie de federalismo cooperativo horizontal, em que 1.500 policiais militares de vários Estados baixariam no Ceará, na medida em que a União resolveu se abster do cumprimento do seu poder/dever de prover a segurança interna, artigo 85, que é garantir a ordem pública; Lei 1.079, aludindo as duas normas que se referem ao crime de responsabilidade de um presidente".

A ação coletiva dos governadores e o risco de cometer crime de responsabilidade, sendo enquadrado pelo Supremo Tribunal Federal, foram as causas do recuo de Bolsonaro, segundo o governador do Maranhão. "Isso que fez com que ele prorrogasse a GLO, e mais o sinal de que, com a judicialização, o Supremo prorrogaria."

Na noite de domingo, os agentes amotinados fecharam acordo com o governo do Ceará para encerrar a paralisação e voltar ao trabalho, sem anistia aos revoltosos. Na madrugada de segunda-feira, o ex-governador do Ceará e candidato à Presidência em 2018, Ciro Gomes (PDT), provocou o presidente e o ministro, nas redes sociais: "Aprende, Bolsonaro e seu capanga Moro: no Ceará está o seu pior pesadelo! Generais, aqui manda a Lei!".

Poucas horas depois, Moro respondeu: "A crise no Ceará só foi resolvida pela ação do Governo Federal, Forças Armadas e Força Nacional que protegeram a população e garantiram a segurança. Explorar politicamente o episódio, ofender policiais ou atacá-los fisicamente só atrapalharam. Apesar dos Gomes, a crise foi resolvida."

Ciro prosseguiu e acusou Moro de ter um "papel feio e covarde no motim do Ceará". O motim policial, que durou 13 dias, teve como ponto mais crítico o episódio envolvendo o senador licenciado Cid Gomes (PDT-CE), que levou dois tiros de um policial ao tentar entrar com uma retroescavadeira no batalhão militar com amotinados, em Sobral.

Após o governo cearense ter selado o acordo com os policiais, sem concessão de anistia, Moro tratou o caso como "greve" e tentou faturar politicamente. "Recebo com satisfação a notícia sobre o fim da greve dos policiais no Ceará. O governo federal esteve presente, desde o início, e fez tudo o que era possível dentro dos limites legais e do respeito à autonomia do Estado. Prevaleceu o bom senso, sem radicalismos. Parabéns a todos", escreveu.

"A Constituição, pelo menos a minha, que vigora no Maranhão, diz que corpos armados não fazem greve, e por razões óbvias", criticou Dino, referindo-se às manifestações de Moro pelo Twitter. O episódio do Ceará, na visão do governador, mostrou "virtudes da forma federativa do Estado" e ao mesmo tempo apontou que a visão "anti-federalista do presidente da República é um fator de instabilidade". "E não por razões doutrinárias, porque é exigir muito dele, mas por razões práticas: há a compreensão de que não é razoável a existência de contrapoderes em nível nacional."

Ontem, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), também mencionou o motim policial, mas sob outro aspecto: a preocupação com o aumento salarial concedido por Minas Gerais a servidores da área de segurança pública. Em viagem a Belo Horizonte, onde deu uma palestra a empresários mineiros, Doria afirmou que a decisão do governador Romeu Zema (Novo) coloca sob pressão os demais governadores a também atenderem pleitos de suas polícias.

"A meu ver é uma decisão que precisa ser revista. Minas não tem condição fiscal para isso. Não quero interferir nos termos de Minas, mas a minha percepção é que ela não é boa, que ela é inviável", afirmou. Zema propôs aumento de 41,7% dos vencimentos de policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários e agentes socioambientais. Não é uma medida que afeta apenas Minas Gerais afeta o país. Somos 27 Estados e a medida de Minas, se adotada for, ela coloca sob pressão todos os demais governadores", reiterou o tucano.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

### LINK PATROCINADO

Vacinação contra o sarampo - Pessoas de 5 a 19 Anos  
MINISTERIO DA SAUDE

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Coronavírus pode "estar batendo em nossas portas", diz OMS

## Para manter RJ no regime de socorro, lei terá de ser mudada

IFI considera que Estado não terá condições de sair do RRF no vencimento do prazo, em setembro

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

03/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Estudo da Instituição Fiscal Independente (IFI), entidade do Senado, diz que “provavelmente” o Estado do Rio de Janeiro solicitará a permanência no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), cujo prazo vence em setembro próximo, “mas com a continuidade da suspensão integral dos pagamentos da dívida e da execução das contragarantias”. Para que isso aconteça, lembra o estudo, será necessário alterar a lei complementar 159, que instituiu o RRF.

A LC 159 permite que o prazo do RRF seja prorrogado, mas o Estado que aderiu ao programa teria que voltar a pagar as suas dívidas e ter executadas as garantias aos créditos que obteve. Em seu estudo, a IFI mostra que o Rio de Janeiro não terá condições de retomar os pagamentos.

De acordo com dados do Tesouro Nacional, citados no estudo da IFI, a dívida não paga do Rio junto à União saltou de R\$ 9,5 bilhões em setembro de 2017 para R\$ 39,5 bilhões, em dezembro de 2019. Desse total, R\$ 26,8 bilhões se referem à suspensão do pagamento das prestações dos débitos renegociados, e R\$ 12,7 bilhões, a compromissos do Estados que a União teve que bancar.

O estudo, assinado pelo consultor Josué Pellegrini, diretor da IFI, diz que o plano de recuperação do Rio caminhou bem, com a aprovação de uma série de leis estaduais, incluindo autorização para privatização, instituição de limite de despesa e revisão de benefícios tributários. “Contudo, nos dois anos e meio de execução, o panorama que se depreende dos relatórios mensais do conselho de supervisão é de que não houve piora de modo geral, mas também não se constata melhora inequívoca”, diz.

Para a IFI, a experiência do Rio com o RRF é essencial para que se chegue a um plano de ajuda adequado aos Estados, que evite incentivos perversos ao premiar aqueles Estados que optaram pela gestão fiscal irresponsável. “Se a ajuda vier sempre, por que ser responsável?”, questiona a entidade.

Ao aderir ao RRF, a IFI propõe que o Estado tenha metas claras de redução do déficit orçamentário, da dívida e dos atrasados. Além disso, o Estado teria que adotar um teto para as suas despesas, com o acionamento automático de medidas de ajuste em caso de descumprimento, e aprovar uma reforma previdenciária para os seus servidores, entre outras medidas. O estudo sugere ainda que se rompa com os canais que permitem que os custos de políticas insustentáveis adotadas pelos Estados sejam repassados para a União.

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

#### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

#### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

#### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

#### LINK PATROCINADO

Vacinação contra o sarampo - Pessoas de 5 a 19 Anos  
MINISTERIO DA SAUDE

## Contra danos, Brasil e Argentina ativam ‘diplomacia parlamentar’

Presidente da Câmara dos Deputados argentina lidera grupo suprapartidário em visita ao Brasil

Por Daniel Rittner — De Brasília

03/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Sergio Massa: visita ao Brasil à frente de comitiva suprapartidária — Foto: Regis Filho/Valor

A “diplomacia parlamentar” é a nova aposta do Brasil e da Argentina para evitar retrocessos no Mercosul em meio à desarticulação entre Jair Bolsonaro e Alberto Fernández. O presidente da Câmara dos Deputados da Argentina, Sergio Massa, comandará nesta semana uma comitiva suprapartidária ao Brasil para deixar claro que, se os dois chefes do Executivo ainda batem cabeça, os Legislativos - com força crescente nos dois países - estão alinhados.

De um lado e de outro, uma série de instrumentos importantes deverá ser votada pelos congressistas da atual legislatura. O tratado de livre-comércio com a União Europeia, a eliminação da cobrança de roaming no uso de telefones celulares, um acordo de facilitação aduaneira (com trâmites mais ágeis para exportações e importações) e um protocolo de compras governamentais (que confere tratamento nacional nas licitações públicas) estão na lista de temas em análise.

Há dois fortes simbolismos na agenda de Massa, amanhã, em Brasília. Primeiro: ele estará acompanhado de Álvaro González, expoente da oposição macrista, além de lideranças dos blocos federal (de centro) e socialista, em um sinal do caráter suprapartidário da aproximação. Segundo: o grupo não apenas será recebido pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o que seria mais natural pelo protocolo diplomático.

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, vão abrir espaço em suas agendas de uma movimentada quarta-feira na capital para reuniões com Massa. Na quinta, o político argentino segue para o Rio de Janeiro, onde se encontrará com o chefe do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano. Na pauta estão assuntos como o desenvolvimento de projetos comuns na área de infraestrutura, integração das cadeias de valor e uma cooperação mais estreita com o Banco de Investimento e Comércio Exterior (BICE) da Argentina.

Maia já havia feito movimento semelhante no início de dezembro, dias antes da posse de Fernández na Casa Rosada, quando esteve em Buenos Aires e se reuniu com o então presidente eleito. Ele também levou parlamentares de diferentes partidos, como Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Baleia Rossi (MDB-SP), Paulo Pimenta (PT-RS) e Orlando Silva (PC do B-SP). Na época, Bolsonaro estava no auge das declarações hostis contra o colega argentino, que visitou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha eleitoral.

Em fevereiro, os chanceleres Ernesto Araújo e Felipe Solá se encontraram no Palácio do Itamaraty e trocaram a animosidade por uma retórica de paz. Solá ainda teve rápida conversa pessoal com Bolsonaro, que anunciou sua reunião com Fernández no último domingo, em Montevidéu, à margem da posse de Luis Lacalle Pou na Presidência do Uruguai. A data, porém, coincidiu com a abertura oficial do ano legislativo na Argentina. Fernández fez o discurso inaugural e não teve tempo hábil para cruzar a fronteira no mesmo dia.

Massa, ex-ministro do primeiro governo Cristina Kirchner (2007-2011), se distanciou do kirchnerismo e foi o terceiro mais votado na eleição presidencial de 2015. Homem forte na política argentina, encabeçou a lista de candidatos a deputado pela Província de Buenos Aires. Próximo de Fernández, tornou-se presidente da Câmara. Não há previsão, pelo menos por ora, de um encontro dele com Bolsonaro ou com Araújo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

## Medida do governo amplia contratação de servidor provisório

Deputado diz que proposta é reforma administrativa 'chegando aos poucos'; secretário nega

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

03/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Bruno Bianco, secretário de Previdência: MP 922 tem alterações mais específicas que as desejadas com reforma administrativa — Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Pressionado pela fila de processos pendentes de análise no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o governo regulamentou ontem a contratação temporária de funcionários, conforme antecipado pelo **Valor** no fim de janeiro. A medida se aplica a situações em que não se justifica estabelecer vínculos de trabalho permanentes. Essas pessoas serão selecionadas por um processo simplificado e serão contratadas por até oito anos.

As primeiras contratações desse tipo atenderão ao INSS. Serão oferecidas 8.220 vagas a servidores públicos aposentados até o dia 28 de fevereiro, além de militares da reserva. Os salários são de R\$ 2.100 e R\$ 4.200. O edital deverá ser publicado até o próximo dia 20 e as contratações ocorrerão a partir de 13 de abril. O gasto deste ano é estimado em R\$ 160 milhões.

Também está prevista a contratação de servidores aposentados do INSS e médicos peritos, que receberão por produtividade: R\$ 57,50 por processo analisado e R\$ 61,72 por atendimento, respectivamente. Nesse caso, não há limite de vagas.

A MP editada ontem amplia as possibilidades de vínculo temporário. E permite que servidores públicos aposentados e militares da reserva sejam enquadrados nesse tipo de contrato.

“Parece que a reforma administrativa será feita assim, de forma fragmentada”, comentou o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras de Estado (Fonacate), Rudinei Marques. Um dos principais objetivos da reforma é permitir que o governo contrate funcionários sem estabilidade.

Para o governo, porém, as regras da contratação temporária previstas na medida provisória 922 são alterações bem mais específicas do que o que se pretende com a reforma administrativa, ainda em análise no Palácio do Planalto. “Não vejo como antecipação da reforma”, disse o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco. “É um baita instrumento de gestão que o governo vê possibilidade de usar.”

Ele negou que a edição de uma MP para regular o tema tenha sido uma tentativa de “atropelar” o Congresso.

Porém, para o deputado Professor Israel Batista (PV-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, a medida provisória preocupa. “É a reforma administrativa chegando aos poucos.”

A contratação temporária de funcionários é um mecanismo previsto na Constituição de 1988 e regulado por lei em 1993. É amplamente utilizada, por exemplo, para a realização do Censo Demográfico. Na última edição, foram contratadas mais de 200 mil pessoas.

Entre as novas possibilidades previstas na MP 922, está o combate ao acúmulo temporário de processos a serem analisados, como é o caso do INSS. Mas há outras situações. Por exemplo: ações preventivas a situações de risco, como um eventual agravamento da crise do coronavírus. Ou apoio humanitário em crises migratórias, como se vê na fronteira do Brasil com a Venezuela.

Outras hipóteses são: para atuar em pesquisa e desenvolvimento em projetos com prazo determinado, para projetos temporários nas áreas industrial e de engenharia, reforço do quadro de professores e de profissionais do SUS, profissionais de tecnologia da informação, comunicação e revisão de processos de trabalho. Também para exercer funções que tendem a ser substituídas por novas tecnologias e que, portanto, se tornarão obsoletas em alguns anos.

A MP traz outras alterações. Abre espaço para uma nova divisão dos recursos recolhidos dos bancos a título de ressarcimento pelo custo de processamento de empréstimos consignados de aposentados. No ano passado, o INSS recebeu cerca de R\$ 60 milhões, e o Dataprev, perto de R\$ 730 milhões. A ideia é mudar essa divisão para que, no mínimo, a partilha fique em meio a meio, informou o presidente do INSS, Leonardo Rolim.

Outro dispositivo transfere para os médicos peritos do INSS o trabalho de analisar pedidos de afastamento por motivo de saúde de servidores públicos. Hoje, o trabalho é feito por uma junta médica.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!

TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

### LINK PATROCINADO

Vacinação contra o sarampo - Pessoas de 5 a 19 Anos

MINISTERIO DA SAUDE

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

---

## Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

## Representante da Fazenda poderá impedir análise de recurso no Carf

Proposta está em texto do novo regimento, em consulta pública até sexta-feira

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

03/03/2020 05h02 · Atualizado há 5 horas



Rafael Gregorin: "São situações muito peculiares para serem decididas só pelo presidente, que é representante do Fisco" — Foto: Maira Vieira/Valor

As normas dos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) passarão por mudanças. Apesar dos elogios de especialistas pelo fato de as alterações estarem em consulta pública, há pontos da proposta que têm sido alvo de críticas. Um deles é o que trata da possibilidade do presidente de turma, representante da Fazenda, decidir individualmente se um processo poderá ser julgado pelo Carf, caso exista ação similar na Justiça.

Trata-se da chamada concomitância. Hoje essas situações são avaliadas pelas turmas e normalmente geram grandes discussões. "São situações muito peculiares para serem decididas só pelo presidente, que é representante do Fisco", afirma Rafael Gregorin, sócio do escritório Trench Rossi Watanabe.

De acordo com o advogado, muitas vezes a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) alega concomitância quando a empresa perde na delegacia regional de julgamento (DRJ) para evitar o julgamento do caso pelo Carf. Pela redação sugerida no novo regimento, após a decisão monocrática, o valor já poderia ser cobrado.

Na turma, porém, acrescenta Gregorin, o contribuinte consegue explicar as diferenças entre os processos. Em alguns casos, o mérito pode ser discutido no processo judicial e outros aspectos ficam para o administrativo, como a nulidade da autuação ou erros formais, segundo o advogado.

Alberto Medeiros, do escritório Stocche Forbes Advogados, conta que teve um processo em que os conselheiros discutiram durante dois anos se existia concomitância por causa de um mandado de segurança preventivo que discutia parte da tese. No fim, os julgadores decidiram que não existia.

Medeiros também destaca a possibilidade de os julgamentos com pedido de vista serem retomados sem a presença do relator, que deixaria o voto registrado. “Imagina uma discussão ultra complexa sem o relator.”

Na prática, a falta do relator na retomada do voto-vista pode atrapalhar a discussão sobre o caso, afirma Ariel Moller, associado do escritório Fux Advogados. “Sem a presença do relator para defender seu voto pode ser que a discussão fique prejudicada”, diz.

O texto debatido para o novo regimento prevê ainda a paralisação de processos sobre temas julgados nos tribunais superiores com repercussão geral ou repetitivos. Hoje, não há essa determinação.

O escritório Velloza Advogados enviou algumas sugestões ao conselho, segundo o sócio Leandro Cabral. Entre elas, a manutenção dos julgamentos de concomitância em turma e a retirada de casos de pauta a pedido das partes. Hoje, é necessário apresentar justificativa, que será avaliada pelo presidente da turma.

A sugestão é que o primeiro pedido justificado para retirada de pauta seja aceito, sem análise. Segundo o advogado, os presidentes de Câmara os têm negado, sob entendimento de que há outros advogados nos escritórios que poderiam participar do julgamento. “Tive negado pedido de retirada na véspera da minha filha nascer porque, segundo o presidente da turma, problemas pessoais do patrono não podem influenciar a pauta.”

Para melhorar a produtividade, o advogado sugeriu a publicação individualizada da produtividade de cada conselheiro no site do Carf. “Vai incentivar quem produz bem e desincentivar a baixa produção”, diz.

A proposta de novo regimento não traz mudanças em um ponto que o advogado João Marcos Colussi, sócio do Mattos Filho, considera importante, que é o voto de qualidade - o desempate do presidente, representante da Receita. “Até 2015 havia independência maior para julgamento”, afirma, citando o período anterior à reformulação do órgão após a Zelotes.

Apesar das preocupações, os advogados elogiam a iniciativa do Carf de aceitar propostas sobre mudanças no regimento interno e também algumas sugestões do próprio Conselho. A advogada Luciana Rosanova, do escritório Pinheiro Neto Advogados, destaca a intimação nos embargos. “É uma questão processual, mas mostra que o Fisco está preocupado em dar ciência ao contribuinte.”

A consulta pública que trata do regimento interno foi aberta em janeiro pela Portaria nº 1.744 e termina nesta sexta-feira. Ao Carf foram encaminhadas até agora 63 propostas. O órgão publicará em seu site um relatório de análise do que foi recebido. O motivo para a revisão do regimento interno seria a necessidade de aumento da eficiência e redução de custos. O estoque de processos no órgão chega a 116,7 mil e representa R\$ 624 bilhões, conforme dados de janeiro.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional foi procurada pelo Valor, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 03/03/2020	Caderno: Economia e Negócios



## Equipe econômica negocia com setor de serviços alíquotas da reforma tributária

*Ideia inicial do governo era ter alíquota única para Contribuição sobre Bens e Serviços, que deve substituir o PIS/Cofins, mas segmento sugeriu três faixas de imposto; discussão corre paralela às duas propostas de reforma já em tramitação*

**Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

03 de março de 2020 | 04h00

BRASÍLIA - Representantes do setor de serviços retomaram as conversas com a equipe econômica para negociar a fixação de três alíquotas diferentes para a **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, o novo tributo que o governo vai propor ao Congresso para substituir o PIS/Cofins.

O envio da proposta, prometido pelo ministro da **Economia, Paulo Guedes**, para novembro do ano passado, está três meses atrasado. A discussão corre paralela à tramitação das duas propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso e que unificam os tributos da União, Estados e municípios sobre o consumo, entre eles, o PIS/Cofins (governo federal), ICMS (Estados) e ISS (municípios). O governo tem insistido na avaliação de que a proposta de CBS é “totalmente aderente” aos projetos de reforma tributária em tramitação no Senado (PEC 110) e na Câmara (PEC 45).



Vanessa Canado, assessora especial do ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Gabriela Biló/Estadão

Em reunião com a assessora especial do ministro Guedes para a reforma tributária, Vanessa Canado, representantes do setor de serviços (um dos mais resistentes à mudança com o temor de aumento da carga tributária) apresentaram a ideia de três faixas de alíquotas: 6%, 11% e uma terceira entre 13% e 14%. A ideia inicial do governo é

que o CBS teria uma alíquota única entre 11% e 12% sobre todos os bens e serviços, inclusive os digitais.

Críticos de um imposto único para todos os setores afirmam que haveria um aumento grande na carga tributária no setor de serviços, o que provocaria, segundo dizem, elevação na mensalidade de alunos, consultas médicas e mensalidades de planos de saúde.

A maior parte das empresas na área de serviços paga hoje alíquota de 3,65% de PIS/Cofins, por meio de um regime de tributação chamado cumulativo. Nele, não há créditos tributários para serem compensados na cadeia produtiva – por isso, é o mais usado pelo setor de serviços, uma vez que as empresas não têm insumos que gerem créditos.

Já no regime não cumulativo – mais usado pela indústria –, as empresas usam créditos tributários para compensar a cobrança das contribuições ao longo da cadeia, por isso têm uma alíquota maior, de 9,25%.

Pela proposta de lideranças do setor de serviços, a alíquota de 6% do novo imposto valeria para as empresas que pagam hoje o PIS/Cofins pelo modelo de cobrança cumulativo (alíquota de 3,65%), que compreendem as do lucro presumido e as do lucro real em setores específicos como saúde, educação, telecomunicações e construção.

Na nova faixa de 11%, entrariam as empresas de lucro real que pagam pelo sistema não cumulativo (com alíquota hoje de 9,25%) e com tributação concentrada do ISS (tributo municipal). Na última faixa, ficariam as empresas que estão no sistema não cumulativo e que pagam ICMS.

Essas empresas teriam, com a criação do CBS, redução mais expressiva na base de cálculo do PIS/Cofins e um aproveitamento maior dos créditos na cadeia de produção. Com isso, se buscaria alíquotas que permitam manter a arrecadação hoje dos setores.

## **Reação**

Para Emerson Casalli, diretor de relações institucionais do CBPI Produtividade Institucional, que assessora o setor de serviços na discussão da reforma tributária, o modelo de três alíquotas resolve 90% dos problemas do impacto da mudança da tributação para as empresas e setores. “O governo tem de tentar resolver os problemas dele sem criar outros”, diz Casalli.

Um dos problemas mais urgentes é a decisão da Justiça que retirou o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, que tiram arrecadação do governo. O risco de judicialização é crescente, inclusive de exclusão do ISS e do próprio PIS e Cofins da base de cálculo.

Para o advogado tributarista, Luiz Gustavo Bichara, da Bichara Advogados, insistir no CBS é uma péssima ideia. “É chegado o momento de discutirmos a reforma tributária com seriedade, como tem feito o Parlamento, não de outros retalhos nesse tecido podre que é o nosso sistema tributário”, avalia. Na sua avaliação, essa é uma estratégia do governo federal para simplesmente aumentar a carga, principalmente através da revogação do regime cumulativo ainda existente para alguns setores. “Essa medida tem o propósito de tributar de maneira mais onerosa contribuintes com menos poder aquisitivo, como por exemplo aqueles que estão submetidos ao lucro presumido.”

Depois do Simples, o lucro presumido é o sistema mais fácil para calcular os impostos devidos pelas empresas que faturam até R\$ 78 milhões ao ano. Por ele, é calculada uma base que varia de 1,6% a 32% do faturamento, conforme a atividade.

A discussão da reforma tributária voltou a esquentar com o início dos trabalhos esta semana da comissão mista que vai buscar uma convergência das propostas. Três grupos de interesse estão à frente da discussão: os contrários às PECs, sobretudo tributaristas; os que defendem a volta da CPMF para reduzir os impostos sobre a folha de salários; e os que querem negociar mudanças na PEC 45, da Câmara.

A equipe econômica deve voltar a se reunir com representantes do setor de serviços e está alinhando o texto final. Procurado, o Ministério da Economia disse que não iria se pronunciar.

## **Metamorfose tributária**

Quatro fases da reforma que o governo deverá propor ao Congresso Nacional

## **Fase 1**

### **O que é**

Criação de um imposto sobre valor agregado federal, a partir da unificação do PIS e da Cofins, que receberá o nome de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)

### **Características**

Alíquota única, entre 11% e 12%, incidente sobre todos os bens e serviços, inclusive os digitais, como aplicativos de táxi e streaming de vídeo e música. Fim da desoneração da cesta básica e devolução dos tributos pagos no consumo de seus produtos para a população de baixa renda

### **Em estudo**

Tratamento diferenciado para algumas atividades, como serviços, construção civil, transporte urbano

## **Fase 2**

### **O que é**

Mudança do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que será transformado num tributo seletivo, e revisão da incidência da Cide, que tende a acabar, inclusive sobre os combustíveis

### **Características**

Imposto regulatório sobre produtos como cigarros, bebidas e alguns veículos, com alíquota específica para cada um

### **Em estudo**

Definição dos produtos que serão atingidos pelo novo imposto e da alíquota de cada um

## **Fase 3**

### **O que é**

Reformulação do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e Jurídica (IRPJ)

## **Característica do IRPJ**

Redução da tributação sobre o lucro (IRPJ + CSLL) de 34% para 20% ao longo de um período predeterminado, entre cinco e oito anos

## **Característica do IRPF**

Elevação da faixa de isenção; redução das faixas de renda para cálculo do imposto e fixação de um limite geral para deduções de gastos com saúde e educação; e tributação sobre lucro e dividendos distribuídos pelas empresas aos sócios

## **Em estudo**

Definição do teto da faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física e criação de uma faixa mais alta de tributação, que pode ser de 35%, para contribuintes de maior renda

## **Fase 4**

### **O que é**

Desoneração do custo da folha de salários das empresas

## **Características**

Eliminação progressiva dos encargos da folha de pagamento

**BANCO CENTRAL** Estimativa de expansão da economia caiu de 2,20% para 2,17%, aponta relatório

## Mercado financeiro reduz previsão de crescimento do PIB em 2020

**ANDREIA VERDÉLIO**  
Agência Brasil, Brasília

A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – caiu de 2,20% para 2,17% em 2020.

A informação consta do boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central (BC) que traz as projeções de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos. Ele é divulgado todas as segundas-feiras em Brasília.

Já as previsões do mercado para o PIB dos anos seguintes, 2021, 2022 e 2023, continuam em 2,50%.

De acordo com o boletim do BC, a cotação do dólar deve fechar o ano em R\$ 4,20. Para 2021, a expectativa é que a moeda americana continue no patamar alto e

encerre o ano em R\$ 4,15.

As instituições financeiras consultadas pelo BC também reduziram a previsão para a inflação de 2010. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – a inflação oficial do país – caiu de 3,20% para 3,19%.

Para 2021, a estimativa de inflação se mantém em 3,75%. A previsão para os anos seguintes também não

teve alterações: 3,50% em 2022 e 2023.

### Selic

A projeção para 2020 está abaixo do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2021, a meta é 3,75%

e para 2022, 3,50%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 4,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic se mantenha em 4,25% ao ano até o fim de 2020.

A manutenção da Selic indica que o Copom considera

as alterações anteriores suficientes para atingir a meta de inflação.

### Crédito

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Para 2021, a expectativa do mercado é que a taxa básica suba para 5,75% ao ano. Para 2022 e 2023, as instituições estimam que a Selic termine os períodos em 6,5% ao ano.

**Informação consta do boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central**

**2,5%**

**é a previsão do mercado para o PIB para os próximos três anos (2021, 2022 e 2023). Ainda de acordo com o BC, a cotação do dólar deve fechar o ano em R\$ 4,20**

**Estudo traz as projeções de instituições financeiras dos principais indicadores**

**COMÉRCIO EXTERIOR**

# Balança comercial tem superávit na terceira semana de fevereiro

**LUCIANO NASCIMENTO**

Agência Brasil, Brasília

A balança comercial brasileira apresentou, na terceira semana de fevereiro, superávit de US\$ 520 milhões, segundo dados divulgados ontem pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia. Em um período de cinco dias úteis, as exportações chegaram a US\$ 3,9 bilhões e as importações, a US\$ 3,4 bilhões, ficando a corrente de comércio em US\$ 7,4 bilhões.

A média das exportações da terceira semana de fevereiro ficou em US\$ 793,2 milhões, 5,5% abaixo da média de US\$ 839,8 milhões até a segunda semana. Segundo o Ministério da Economia, a redução ocorreu devido à queda nas exportações de produtos semimanufaturados e básicos. No mês, as ex-

portações somam US\$ 12,3 bilhões e as importações, US\$ 11,2 bilhões, com saldo positivo de US\$ 1,1 bilhão e corrente de comércio de US\$ 23,6 bilhões.

## Produtos básicos

No período, houve uma redução de 10,7%, de US\$ 100,1 milhões para US\$ 89,4 milhões, no segmento de semimanufaturados, em especial na celulose, ferro fundido, ouro, ferro ou aço e também no óleo de soja em

bruto.

Houve queda de 8,5% nas exportações de produtos básicos, especialmente em produtos como petróleo em bruto, carnes bovina e de frango, minério de cobre, café em grão e fumo em folhas. Com isso, a balança de exportações, no segmento, fechou em US\$ 412,1 milhões, contra os US\$ 450,2 milhões da segunda semana.

O Ministério da Economia destaca que houve pequeno crescimento nas exportações de manufaturados de 0,8%, passando de US\$ 289,5 milhões para US\$ 291,7 milhões.

Do lado das importações, apontou-se queda de 11,8%, sobre igual período comparativo, explicada, principalmente, pela diminuição nos gastos com equipamentos mecânicos, farmacêuticos, cobre e suas obras, adubos e fertilizantes, equipamentos eletroeletrônicos.

---

**Em cinco dias, as exportações chegaram a US\$ 3,9 bilhões e as importações, a US\$ 3,4 bilhões**

Veículo: Bocão News	Caderno: Economia e Mercado
Data: 03/03/2020	



### *Economia E Mercado*

## Ajuste fiscal trouxe perdas de R\$ 20 bi à saúde em 2019, diz economista



03 de Março de 2020 às 06:54 Por: **Agência Brasil** Por: **Folhapress** 0 comentários

No momento em que o país convive com chegada do novo coronavírus, explosão de casos de dengue, avanço do sarampo e tantas outras doenças que já fazem parte do dia a dia do brasileiro, vem a notícia de que a área da saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019.

Os dados constam de uma publicação do CNS (Conselho Nacional e Saúde) a partir da análise do economista Francisco Funcia, assessor técnico do conselho, e levam em conta o cenário desde que a emenda constitucional 95 foi aprovada, em dezembro de 2016.

A queda de recursos está relacionada à desvinculação do gasto mínimo de 15% da receita da União com a Saúde. Em 2017, quando a emenda passou a valer, os investimentos em serviços públicos de saúde representavam 15,77% da arrecadação da União. Já em 2019, os recursos para a área representaram 13,54%.

Segundo a metodologia de cálculo usada por Funcia, se em 2019 o governo tivesse aplicado o mesmo patamar que aplicou em 2017 (15% da receita corrente líquida de cada ano), a saúde teria um orçamento de cerca de R\$ 142,8 bilhões, e não os R\$ 122,6 bilhões aplicados. Ou seja, houve uma diminuição de R\$ 20,19 bilhões.

É possível que haja contestação sobre a metodologia usada e o total de perdas, mas outras fontes também apontam para um desfinanciamento da saúde desde que a EC 95 entrou em vigor.

Dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, da Secretaria do Tesouro Nacional, divulgados pelo O Globo, revelam que o novo regime fiscal estabelecido pela regra do teto de gastos trouxe perdas de R\$ 9,05 bilhões para a saúde.

A regra do teto de gastos, que começou a vigorar em 2017, mudou a forma de correção do piso (valor mínimo a ser aplicado) em saúde. Até então, o valor mínimo de gastos na área estava vinculado à receita corrente líquida. Com a mudança, passou a ser corrigido pela inflação do ano anterior (acumulada em 12 meses até junho).

Pela norma anterior, deveriam ter sido aplicados na saúde 14,5% da receita corrente líquida de 2019 –o equivalente a R\$ 131,32 bilhões, e não os R\$ 122,269 bilhões que efetivamente foram. Ou seja, teria havido uma redução de cerca de R\$ 9,05 bilhões.

As perdas causaram impactos em programas como o Farmácia Popular (de R\$ 2,37 bilhões em 2019, contra R\$ 2,54 bilhões no ano anterior). As despesas para fomento e pesquisa em ciência e tecnologia na área de saúde recuaram 27,4%, para R\$ 139 milhões em 2019.

Os valores empenhados (autorizados) para vacinas e vacinação ficaram 12% menores, caindo de R\$ 4,83 bilhões, em 2018, para R\$ 4,25 bilhões no último ano. Nesse caso, somente 57% do limite autorizado para todo ano passado foi de fato gasto pelo Ministério da Saúde.

O economista e vice-presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres), Carlos Ocké, endossa a análise de que o investimento público em saúde está diminuindo e alerta para a redução progressiva da chamada “renda per capita da saúde”.

O valor investido por pessoa, que chegou a R\$ 595 em 2014, passou a ser de R\$ 555, em 2020, segundo ele.

Isso ocorre no momento em que também há uma curva crescente dos custos de saúde associados ao envelhecimento populacional e uma necessidade de mais recursos.

A própria Secretaria do Tesouro Nacional projetou que o envelhecimento populacional exigirá investimentos adicionais de R\$ 50,7 bilhões entre 2020 e 2027. De onde eles virão esses recursos ninguém sabe.

Em tempos de tantos ataques ao SUS e de um movimento em torno crescimento do mercado de planos privados de saúde, com produtos mais baratos e com menos coberturas, é bem oportuna a reportagem do meu colega Diogo Bercito sobre o perverso sistema de saúde americano, cujas contas impagáveis leva famílias à falência.

Durante epidemias, a diferença entre países com sistemas universais de saúde e os EUA fica ainda mais gritante, conforme reportagem do The New York Times, que mostra uma família com suspeita de coronavírus que recebeu uma conta de quase US\$ 4.000 após procurar um serviço de saúde.

Sem o SUS ou com um sistema público de saúde cada vez mais pobre e enfraquecido, é a barbárie. Não queiram pagar para ver isso.

Veículo: Política Livre	
Data: 02/03/2020	Caderno: Economia



## ***Mercado financeiro reduz estimativa de crescimento da economia em 2020***

### **ECONOMIA**

A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – caiu de 2,20% para 2,17% em 2020.

A informação consta do boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central (BC), que traz as projeções de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos. Ele é divulgado às segundas-feiras, em Brasília.

Já as previsões do mercado para o PIB dos anos seguintes, 2021, 2022 e 2023, continuam em 2,50%.

De acordo com o boletim do BC, a cotação do dólar deve fechar o ano em R\$ 4,20. Para 2021, a expectativa é que a moeda americana continue no patamar alto e encerre o ano em R\$ 4,15.

### **Inflação**

As instituições financeiras consultadas pelo BC também reduziram a previsão para a inflação de 2010. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – a inflação oficial do país – caiu de 3,20% para 3,19%.

Para 2021, a estimativa de inflação se mantém em 3,75%. A previsão para os anos seguintes também não teve alterações: 3,50% em 2022 e 2023.

A projeção para 2020 está abaixo do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2021, a meta é 3,75% e para 2022, 3,50%.

## Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 4,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic se mantenha em 4,25% ao ano até o fim de 2020.

A manutenção da Selic indica que o Copom considera as alterações anteriores suficientes para atingir a meta de inflação.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Para 2021, a expectativa é que a taxa básica suba para 5,75% ao ano. Para 2022 e 2023, as instituições estimam que a Selic termine os períodos em 6,5% ao ano.

*Agência Brasil*

# Tribuna

## Executivo e Parlamento travam duelo pela liberação de recursos

### CORREIO BRAZILIENSE

Na semana de regresso do carnaval, uma das tarefas importantes de deputados e senadores será retomar a análise de vetos do presidente Jair Bolsonaro a trechos de leis sancionadas recentemente. O mais polêmico deles, que motivou a última crise entre Executivo e Legislativo, levanta novamente a discussão sobre os limites do Orçamento impositivo, regra criada para obrigar o governo a empenhar emendas parlamentares. O assunto deve ser retomado amanhã, em sessão conjunta marcada pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Os parlamentares podem derrubar ou manter um veto parcial do presidente à Lei de Diretrizes Orçamen-

tárias (LDO) de 2020. A norma aprovada no ano passado reduz participação do governo na distribuição de R\$ 46 bilhões em emendas de comissões permanentes e nas propostas do relator da LDO. Pela regra atual, a ordem de execução de R\$ 16 bilhões seria decidida pelos colegiados e a dos outros R\$ 30 bilhões, pelo relator, o deputado Domingos Neto (PSD).

Se o Parlamento derrubar o veto, a aplicação do dinheiro vai ficar a critério dos parlamentares. Esse predomínio no controle do Orçamento é pano de fundo da crise entre o Planalto e o Congresso. Antes do carnaval, os dois poderes pareciam ter chegado a um consenso. Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e Alcolumbre con-

cordaram em derrubar apenas parte do veto, para minimizar as perdas, após conversa com o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos. Assim, seria possível manter uma parcela dos recursos geridos pelo relator sob responsabilidade do Executivo — o que equivaleria a cerca de R\$ 11 bilhões, que seriam destinados a gastos discricionários, como investimentos em infraestrutura. Em troca, cairia a possibilidade de punição do gestor que não cumprisse o prazo de 90 dias para a execução dos valores. A proposta foi negociada, inclusive, com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Mas o acordo não foi adiante. Alguns líderes partidários — do PSL, da Rede e do Podemos — não concordaram com os termos esta-

### IMPASSE

Se o Parlamento derrubar o veto, a aplicação do dinheiro vai ficar a critério dos parlamentares.

belecidos e impediram a votação, na última sessão conjunta, em 12 de fevereiro. Sem conseguir avançar nas negociações, Alcolumbre adiou as tratativas para depois do carnaval. Até amanhã, antes da sessão plenária, ele se reunirá com líderes partidários para definir os próximos passos.



**APÓS** críticas do Executivo ao Parlamento, recomeça a negociação em torno da participação do governo para liberar recursos de emendas